

CUIDADO PARA FORA E PARA DENTRO

Narrativas e lideranças de mulheres negras em comunidades quilombolas em Santa Catarina



Nathália Dothling Reis

University of Queensland

Este trabalho aborda alguns aspectos da minha dissertação de mestrado (2018), acerca das lideranças de mulheres em comunidades remanescentes de quilombo em Santa Catarina. Em 2015, antes de ingressar no mestrado, tive a oportunidade de participar de algumas reuniões de preparação para a Marcha das Mulheres Negras em Santa Catarina e naquela época conheci algumas mulheres que eram líderes em suas comunidades quilombolas. Desde então, comecei a me interessar pela força e liderança das mulheres quilombolas e me surpreendi, nas primeiras leituras, com o grande número de mulheres líderes nessas comunidades em todo o Brasil. Dessa forma, a principal questão que guiou o trabalho foi compreender, nos termos das mulheres das comunidades quilombolas, o porquê de haver tantas mulheres em papéis de lideranças.

Entre fevereiro e o início de julho de 2017 tive a oportunidade de vivenciar o cotidiano das Comunidades Remanescentes de Quilombo Toca de Santa Cruz, em Paulo Lopes/SC e Aldeia, em Imbituba/SC. Através do trabalho de campo, das relações estabelecidas entre a pesquisadora negra e as mulheres negras dessas comunidades, das narrativas biográficas (BERTAUX 1999 [1980]) dessas mulheres e do movimento de caminhar os caminhos que elas percorriam junto a elas, as questões sobre o racismo foram ficando evidentes. As diversas narrativas mostravam que as relações entre a população negra e a população branca dessas localidades perpetuava-se ao longo da história e que só havia mudado de nome e revelavam a

importância de tomar o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW 1994) para compreender as realidades das mulheres das comunidades quilombolas, marcadas por questões de gênero, raça e classe.

Desde as primeiras semanas em campo na comunidade da Toca de Santa Cruz, às quais me dediquei a ir de casa em casa para conhecer as pessoas que moravam ali, percebia que todas as narrativas das mulheres eram perpassadas pela baixa escolaridade, os trabalhos como empregada doméstica, lavadeira, faxineira, cuidadora de crianças e idosos e as doenças relacionadas aos trabalhos pesados, no caso das mulheres acima de 40 anos. Todas elas, me mostraram que desde crianças tiveram que trabalhar para as casas das famílias brancas de Paulo Lopes, em situações laborais de exploração e, através de suas memórias enfatizaram que essa era uma relação que se perpetuava desde os tempos das mais velhas, ou seja, do período da escravidão.

Na Toca encontrei narrativas muito similares em relação à vida laboral e uma clara continuidade geracional das relações de exploração das mulheres e homens brancos da cidade de Paulo Lopes em relação às mulheres e homens negros da comunidade. Por outro lado, na comunidade Aldeia a situação me pareceu um pouco diferente. Na atualidade há muitas mulheres da comunidade com graduação ou fazendo faculdade e trabalhando como professoras. No entanto, percebi que as narrativas de um passado não tão distante assemelhavam-se muito às narrativas das mulheres da Toca. Diante das diversas narrativas de mulheres das comunidades da Toca e da Aldeia, ficaram evidentes as diferenças históricas e sociais entre os universos brancos e negros. Dessa forma, me parece que as críticas de feministas negras e descoloniais e a proposta do conceito de interseccionalidade se fazem totalmente pertinentes quando nos atentamos a essas realidades “outras”. Sueli Carneiro (2004) chama atenção para o fato de que as mulheres negras tiveram uma experiência histórica distinta à que predomina no discurso clássico sobre opressão contra mulher e, portanto, não podem caber nas mesmas reivindicações de mulheres brancas, principalmente no que diz respeito à questão do trabalho.

É nesse sentido que Lélia Gonzalez (1984) relembra que os trabalhos das mulheres negras escravizadas nas casas grandes, criou condições mais amenas e ociosas de vida para as mulheres brancas. É dessa relação colonial que surgem as maneiras como

as mulheres negras são vistas e tratadas até hoje na sociedade. A doméstica é a mucama permitida, é quem presta serviços, é “o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ 1984: 8).

Se por um lado, as narrativas me ensinaram sobre as experiências de trabalho que as mulheres das duas comunidades realizavam para fora, o convívio cotidiano proporcionado pelo trabalho de campo revelou-me o trabalho que as mulheres realizavam dentro de suas casas e comunidades. Andando pela comunidade da Toca de Santa Cruz e conversando com as mulheres dali, percebia que eram elas que faziam todo o serviço da casa. Poucas saíam para trabalhar fora. Na Aldeia, embora a maioria das mulheres e homens trabalhe fora, pareceu-me que, ainda assim, as tarefas domésticas, como limpar, cozinhar, cuidar dos filhos, são realizadas pelas mulheres. Ao longo do meu trabalho de campo, essa questão foi ficando bem mais complexa. Era muito interessante notar, nas narrativas das mulheres da Toca, que havia um claro marco entre quando elas tinham que trabalhar fora de casa, nas casas das mulheres brancas e quando elas começaram a trabalhar apenas dentro de suas próprias casas. Quando eu perguntava sobre suas vidas laborais, elas contavam sobre seus trabalhos nas casas das patroas brancas e sempre vinha um “mas” que enunciava o momento em que não tiveram mais que fazer esses trabalhos e puderam trabalhar apenas em suas casas. Isso era sempre narrado com um sorriso no rosto, um tom de alívio que parecia querer dizer que ao livrarem-se da exploração desses trabalhos elas estavam livres de cuidar das casas e filhos das outras, para serem donas e cuidadoras de suas próprias casas e crianças.

As narrativas das mulheres de ambas as comunidades me revelaram que o cuidado exercido pelas mulheres em suas casas, ao invés de ser algo que as aprisiona, é um elemento de potência. De acordo com Angela Davis (2013) essa é uma característica que remonta ao tempo da escravidão. A autora aponta para que a vida social das senzalas era uma extensão da vida familiar e, assim, o papel social da mulher estendia-se para a comunidade escrava como um todo. A vida doméstica tinha um papel essencial na vida da população escravizada, pois era o único espaço onde podiam ser humanas e humanos. Portanto, as mulheres negras não eram inferiorizadas por suas tarefas domésticas, como as mulheres brancas foram. Diferente delas, as mulheres negras não podiam ser tratadas simplesmente como “donas de casa”. Com isso, não quero dizer que trata-se de

comunidades onde prevalece a harmonia e não há conflitos de nenhum tipo entre homens e mulheres. O que importa aqui é perceber que o fato de as mulheres trabalharem em suas casas, limpando, cozinhando, cuidando das crianças não pode ser visto como fator de inferiorização e subordinação como querem os discursos feministas hegemônicos. Marilyn Strathern (2006 [1988]) também aponta para isso no caso de seus estudos com a população Hagen na Melanésia e diz que para o caso Hagen, a oposição entre masculino e feminino não se refere, intrinsecamente, ao controle de homens e mulheres uns sobre outros.

Nas conversas com as mulheres das comunidades, ficava cada vez mais evidente que para ser liderança era necessário cuidar da comunidade de alguma maneira e que havia diferentes tipos de liderança, ligados aos diferentes tipos de cuidado. Juntamente com elas esbocei três tipos: liderança sociocultural, que corresponde às pessoas mais velhas que têm importante influência na comunidade; liderança religiosa, na qual entram as benzedoras e curandeiras de algum tipo e liderança política, que consiste nas pessoas que estão envolvidas mais diretamente nas lutas pelos direitos quilombolas da comunidade. Todos esses tipos de liderança mostram as possibilidades do cuidar dentro da comunidade.

Com tudo isso, observo que ser líder exige que a pessoa tenha cuidado e comprometimento com a comunidade e as pessoas que pertencem a ela. O cuidado é uma característica muito importante e que, na maioria das vezes, está associada às mulheres que cuidam da casa, cuidam dos filhos e das filhas, cuidam das pessoas da comunidade e da manutenção da comunidade enquanto quilombola. Penso que a combinação da força – que a dureza da vida as obrigou a desenvolver – e da capacidade de cuidar faz das mulheres as lideranças preferenciais das comunidades quilombolas. Talvez, por isso, existam tantas em Santa Catarina e no Brasil. Enquanto a sociedade, de forma geral, não valoriza os trabalhos de cuidado, normalmente associados às mulheres, as comunidades quilombolas assim o fazem, reconhecendo nas figuras das cuidadoras as suas lideranças políticas, socioculturais e religiosas.

Referências Bibliográficas:

- BAIROS, Luiza. 1995. “Nossos feminismos revisitados”. *Revista Estudos Feministas*, n.2, 459-463.

- BERTAUX, Daniel. 1980. “El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades”. *Proposiciones*, 1999. Traducido por el TCU 0113020 de la Universidad de Costa Rica, de “L'approche biographique: Sa validité méthodologique, ses potentialités”, publicado en *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXIX, 197–225.
- CRENSHAW, Kimberlé. 1994. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. New York: Routledge.
- CARNEIRO, Sueli. 2004. “O papel do movimento feminista na luta antirracista”. In: K. Munanga (org.). *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. Fundação Palmares.
- DAVIS, Angela. 2013. *Mulher, raça, classe*. Tradução livre: Plataforma Gueto.
- GONZALEZ, Lélia. 1984. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Anpocs: Revista Ciências Sociais hoje*, 223-244.
- STRATHERN, Marilyn. 2006 [1988]. *O Gênero da Dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da UNICAMP.